

21° SIMULADO

TJ RJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL**



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

21º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-22-08>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Texto**A alegria de consumir**

Pesquisa feita nos EUA mostra que o consumo deixa as pessoas felizes. Mas alerta que esse prazer é efêmero e pode levar à frustração, depressão, sensação de vazio. De acordo com os pesquisadores americanos, as pessoas mais consumistas não estão tão preocupadas com o objeto em si que estão comprando ou planejando comprar. Para elas, o importante são os benefícios intangíveis a serem alcançados, como melhorar a autoestima, fortalecer a relação com os amigos e até aperfeiçoar o seu desempenho profissional.

Outra constatação curiosa da pesquisa é que essa “felicidade” está muito mais concentrada no ato de planejar e sonhar com a compra do que na aquisição propriamente dita. Os cientistas chamam esse sentimento de “economia da ansiedade”, que é muito explorada em várias campanhas publicitárias. Uma coisa é comprar o que se precisa para viver e ter algum conforto. Outra, bem diferente, é consumir por consumir. É ruim para o bolso, para o espírito e para o planeta.

Dentre todos os desafios ambientais que enfrentamos hoje, e eles são muitos, dois se destacam: o crescimento da população e o consumo. Quanto mais gente na terra e mais gente consumindo, mais aumenta a pressão sobre o aquecimento global, a poluição dos rios, a destruição das florestas, a pesca descontrolada.

Se continuarmos medindo o volume da alegria pelo tamanho do carrinho de compras, temos poucas chances de chegar a algum lugar. No mundo de hoje, infelizmente, as pessoas desempenham muito mais o papel de consumidoras do que de cidadãs. É preciso que haja uma revisão urgente de valores. Para usufruir das melhores coisas da vida, aquelas que realmente proporcionam felicidade, raramente é preciso botar a mão no bolso e pagar. Basta olhar em volta.

(Agostinho Vieira)

01. De acordo com o texto, a expressão “economia da ansiedade” refere-se a:

- a) Comprar depois de pesquisar o melhor preço.
- b) avaliar cuidadosamente o que é preciso consumir.
- c) colaborar para melhorar a própria imagem.
- d) Conseguir vantagens no campo pessoal.
- e) gerar expectativas sobre as compras futuras.

02. Ao desenvolver a análise sobre os hábitos de consumo, autor expõe uma oposição entre “consumismo exagerado” e

- a) elevação da autoestima
- b) economia da ansiedade
- c) performance profissional
- d) preservação do meio ambiente
- e) aumento populacional

03. Os cientistas chamam esse sentimento de “economia da ansiedade”, que é muito explorada em várias campanhas publicitárias

A respeito dos aspectos linguísticos do trecho, assinale a opção correta:

- a) O termo “várias” é um adjetivo, por isso é variável.
- b) O termo “que” é pronome relativo e introduz uma oração explicativa.
- c) O termo “que” é uma conjunção integrante.
- d) O pronome “esse” desempenha papel anafórico em relação ao termo a que se refere “sentimento”
- e) O termo “que” faz referência ao substantivo “sentimento”.

04. A respeito dos aspectos linguísticos dos trechos, assinale a opção que apresenta um período composto por coordenação:

- a) O consumo deixa as pessoas felizes, mas esse prazer é efêmero.
- b) É preciso que haja uma revisão urgente de valores.
- c) Dentre todos os desafios ambientais que enfrentamos hoje
- d) Os cientistas chamam isso de “economia da ansiedade”, que é muito explorada pela publicidade.
- e) As pessoas desempenham muito mais o papel de consumidoras do que de cidadãs.

05. “Se continuarmos medindo o volume da alegria pelo tamanho do carrinho de compras, temos poucas chances de chegar a algum lugar”.

A respeito dos aspectos linguísticos do trecho, assinale a opção incorreta:

- a) Em “continuarmos” a forma verbal está no infinitivo pessoal.
- b) “Poucas” exerce função de adjunto adnominal na oração.
- c) A vírgula foi empregada para separar adjunto adverbial oracional deslocado.
- d) “do carrinho” desempenha papel de adjunto adnominal de “tamanho”
- e) “de chegar a algum lugar” é uma oração completiva nominal.

06. A correção gramatical dos trechos está mantida em:

I- Residente à Av. Paulista, 1000.

II- Que horas ela chega?

III- Sempre gostei de Caetano Veloso de quem as músicas ouço muito.

IV- Entregas em domicílio.

Estão certos apenas o(s) item(ns)

- a) I e IV
- b) II
- c) I, II e III
- d) IV
- e) II e III

07. No que se refere aos sentidos e aos aspectos linguísticos dos trechos a seguir, assinale a opção correta, conforme a norma padrão, em relação à colocação pronominal.

- a) Passo a observar eles para não cometer julgamento equivocado.
- b) Não lhe deviam ter ensinado as maldades dessa vida.
- c) A situação hoje tinha invertido-se consideravelmente.
- d) “Me abraça forte e diz mais uma vez que já estamos distantes de tudo...” (Renato Russo)
- e) Quem dera-me encontrá-lo novamente.

08. O sinal indicativo de crase no trecho “como escapar àquele jeito encantador tão lhe peculiar” foi empregado porque

- a) O emprego do acento indicativo de crase está incorreto, pois diante de palavra masculina não há crase.
- b) o pronome demonstrativo “aquele” está antecedido pelo verbo “escapar” que rege a preposição “a”.
- c) a regência do verbo “escapar” exige preposição “a”.
- d) o pronome demonstrativo “aquele” e suas variantes recebe obrigatoriamente o acento indicativo de crase.
- e) diante de palavras masculinas quando estão subentendidas, o uso de crase é facultativo.

09. A correção gramatical dos trechos está mantida em:

I- Choveram reclamações no Serviço de Atendimento ao Consumidor.

II- O órgão que intermedia as negociações é a Secretaria de Negócios Metropolitanos.

III- Faz muitos anos que não o vejo. Sinto muitas saudades.

IV- Houveram problemas na condução do caso.

Estão certos apenas os itens

- a) II e III
- b) III e IV
- c) I e IV
- d) I e II
- e) I, III

10. “ Já que você está em casa, conserte a torneira”. A correção gramatical e o sentido seriam preservados caso a expressão “já que” fosse substituída por

- a) conquanto.
- b) porquanto.
- c) enquanto.
- d) se.
- e) pois.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)

Paulo Guimarães/Marcos Girão

11. Acerca da Lei Estadual n. 4.620/2005, que dispõe sobre a Unificação e a Reestruturação dos Quadros de Pessoal e Institui a Carreira de Serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) Promoção é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.
- b) O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá entre os padrões remuneratórios, a cada 02 (dois) anos, mediante promoção ou progressão funcional.
- c) A promoção ou progressão funcional deverá atender os critérios e pré-requisitos estabelecidos em Regulamento, observado o interstício de 04 (quatro) anos.
- d) Se o período de afastamento for superior a trinta dias, inclusive nos casos de licenças, exceto a médica e a de gestante, o titular deixará de receber a gratificação, sendo designado Responsável pelo Expediente, o qual a receberá até o retorno do titular.
- e) O Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados, enquanto permanecer no exercício de suas funções específicas, receberá gratificação de locomoção correspondente a 15% (quinze por cento) sobre a remuneração do padrão do respectivo cargo.

12. Conforme a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, julgue as assertivas abaixo:

- I. São Comarcas de Entrância Especial as Comarcas da Capital e ainda: de Belford Roxo, de Cabo Frio, de Campos dos Goytacazes, de Duque de Caxias, de Itaboraí, de Macaé, de Maricá, dentre outras.
- II. A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Comum e Juízes de Entrância Especial.
- III. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 180 (cento e oitenta) Desembargadores.

IV. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de Entrância Comum para compor as Câmaras.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I, II e III
- b) III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e IV
- e) II e III

13. Conforme a Lei nº 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, o Presidente do Tribunal de Justiça é o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sendo suas atribuições, EXCETO:

- a) dirigir os trabalhos do Tribunal, presidir as eleições para os cargos de direção e as sessões do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura
- b) prover os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto, na forma e nos casos estabelecidos pelas Constituições da República e do Estado
- c) disponibilizar os dados estatísticos e a produtividade dos magistrados
- d) distribuir, na forma da lei processual, os feitos de natureza cível de competência de órgão julgador de segunda instância
- e) designar, quando necessário, o Juiz responsável em matéria de registro civil das pessoas naturais

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**Fabiano Pereira**

14. Doquinha, servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, perdeu sua esposa em virtude do coronavírus. Sendo assim, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, Doquinha terá direito:

- a) a faltar até 08 dias úteis consecutivos.
- b) a faltar até 05 (cinco) dias consecutivos, incluídos nessa contagem os sábados, domingos e feriados.
- c) a faltar até 05 dias úteis.
- d) a faltar até 08 (oito) dias consecutivos, incluídos nessa contagem os sábados, domingos e feriados.
- e) a faltar até 05 (cinco) dias consecutivos, excluídos nessa contagem os sábados, domingos e feriados.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**Tiago Zanolla**

15. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, os Desembargadores, reunidos no Tribunal Pleno, compete

- a) Dar posse ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.
- b) Escolher os candidatos ao terço constitucional do Ministério Público e da Advocacia que integrarão a lista tríplice.
- c) Elaborar lista sêxtupla de advogados para nomeação pelo Presidente da República para comporem o Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Eleger quatro Desembargadores e 2 Juízes de Direito para integrarem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e seus respectivos suplentes.
- e) Eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os cinco Vice-Presidentes.

16. Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cabe ao Órgão Especial processar e julgar originariamente diversas autoridades.

Quanto aos crimes comuns, não cabe julgar

- a) Vice-Governador
- b) Deputado Estadual
- c) Juízes Estaduais
- d) Secretários de Estados
- e) Prefeitos Municipais

17. Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, assinale a opção que indica o nome do Instrumento utilizado para transmitir, no âmbito interno da unidade organizacional, ordens uniformes aos respectivos subordinados visando organizar as atividades da estrutura interna, indicando a maneira de ser conduzido determinado serviço ou atividade

- a) instrução
- b) ordem de serviço
- c) portaria
- d) provimento
- e) aviso

18. No cumprimento de suas funções, os Juízes Auxiliares da Corregedoria e Servidores habilitados poderão elaborar parecer, rotina administrativa e manual. O Parecer

- a) É o instrumento pelo qual a administração afirma a existência de fatos ou de situações que constam de assentamentos públicos.
- b) É o instrumento que estabelece a forma de execução de processos de trabalho expedida conforme determinado na Rotina Administrativa Geral.
- c) Instrumento de afirmação da existência de uma situação ou de um fato, segundo a constatação do agente declarante que não consta de qualquer livro, pastas ou documentos em poder da Instituição.
- d) É o instrumento para expor manifestação técnica ou jurídica sobre matéria versada em processo administrativo.
- e) É o instrumento destinado à comprovação, mediante valoração do agente, de situação ou de fato transeunte concernente à Administração, mas que não consta de qualquer livro, pastas ou documentos em poder da Instituição.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

19. No que tange ao Direito das Pessoas com Deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) Nos termos da legislação, considerar desenho universal a concepção produtos, equipamentos, dispositivos, recursos e serviços que promovam a funcionalidade, relacionada exclusivamente à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, sem adaptações ou projetos específicos.
- b) Em locais públicos, deve existir um número mínimo de banheiros químicos acessíveis, que corresponderá a 05% (cinco por cento) do total, garantindo-se pelo menos 1 (uma) unidade acessível caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a 1 (um).
- c) Uma forma de inclusão e igualdade com relação as pessoas com deficiência é as denominadas ações afirmativas, devendo as pessoas com deficiência usufruírem dos benefícios decorrentes de tais ações.
- d) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável e também exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- e) Constitui modo de exclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

20. Assinale a afirmativa correta, no que se refere à moral e à ética.

- a) A ética é tida como um sistema de normas, princípios e valores que regulam as relações entre o indivíduo e a sociedade.
- b) A moral é um ramo da filosofia que estuda a ética, os diferentes sistemas públicos de regras, seus fundamentos e suas características.
- c) A ética é a ciência que tem a moral como objeto.

d) O termo ética vem do latim e significa caráter, qualidade do ser; já o termo moral vem do grego e significa costume.

e) O termo ética vem do latim e significa costume; já o termo moral vem do grego e significa caráter, qualidade do ser.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Assinale a assertiva correta sobre a organização da Administração Pública.

- a) É defeso ao órgão público ser parte em processo judicial, ainda que a sua atuação seja indispensável à defesa de suas prerrogativas institucionais.
- b) Por possuir personalidade jurídica própria, aos órgãos públicos é dado o direito de ser parte em processo judicial.
- c) Administração direta remete à ideia de administração descentralizada, ao passo que administração indireta se relaciona à noção de administração centralizada.
- d) O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, um órgão classificado como autarquia em regime especial, integra a administração indireta do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Os órgãos públicos, que são uma espécie de unidade organizacional dentro de um determinado ente, não possuem capacidade jurídica, mas podem ser parte em processo judicial para a defesa de suas prerrogativas institucionais.

22. São exemplos de entidades paraestatais _____ e _____. Assinale a afirmativa que preenche corretamente as lacunas.

- a) as autarquias e fundações públicas de direito público.
- b) as sociedades de economia mista e as empresas públicas.
- c) as fundações públicas e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).
- d) os serviços sociais autônomos e as organizações da sociedade civil de interesse público.
- e) o Serviço Social da Indústria (SESI) e as agências executivas.

23. No que se refere ao ato administrativo, pode-se afirmar corretamente que a manifestação de dois ou mais órgãos para a formação de um único ato é característica do ato administrativo

- a) simples.
- b) discricionário.
- c) complexo.
- d) inválido.
- e) composto.

24. Acerca do processo administrativo é correto afirmar que

- a) as associações representativas não possuem legitimidade para a interposição de recurso, mesmo que objetivem a defesa de direitos e de interesses coletivos.
- b) a autoridade competente para a realização de ato administrativo não pode escolher renunciar a tal competência, ainda que a tenha adquirido por delegação.
- c) é perfeitamente possível a avocação de competência exclusiva, desde que seja decorrente da hierarquia administrativa e que a mesma seja exercida por tempo determinado.
- d) segundo o STF, é permitida a exigência de depósito prévio para a admissibilidade do recurso administrativo.
- e) a edição de atos de caráter normativo poderá ser delegada.

25. Doquinha, servidor público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi removido de uma comarca para outra, ambas situadas na Capital do Estado, sob a alegação de que não possuía a produtividade desejada. Coxinha - a autoridade que determinou a remoção - era competente para o ato, mas não o motivou de forma específica. Acontece que os dois são desafetos de longa data e haviam discutido acaloradamente naquela mesma semana. Inconformado com o ato de remoção, Doquinha ajuizou uma ação judicial preteando a anulação do ato. Sabendo-se que Doquinha comprovou que o ato de remoção ocorreu por retaliação, o ato será anulado em decorrência do agente público ter agido

- a) com abuso de poder, na modalidade excesso de poder.
- b) fora de sua competência.
- c) com abuso de poder, na modalidade desvio de poder
- d) amparado no poder hierárquico.
- e) amparado no poder disciplinar.

26. Controlada a pandemia, as escolas voltaram a funcionar. Para esse retorno, uma das obrigações que foi imposta e devidamente publicada em portarias pela secretaria de educação é que todos os alunos deveriam usar máscara no período em que estivessem no ambiente escolar. Acontece que Fabiano, sem ter nenhum problema respiratório, insiste em transitar pela escola sem o uso das máscaras, mesmo depois de ter sido advertido várias vezes pelos professores e coordenadores. Nessa situação hipotética, o diretor da escola poderá suspender Fabiano por um certo período, de acordo com o próprio regimento escolar. Essa suspensão encontra fundamento no poder

- a) normativo.
- b) de polícia.
- c) discricionário.
- d) administrativo-educacional.
- e) disciplinar.

27. Modalidade licitatória que é estabelecida em função do objeto da licitação, pouco importando o seu valor é o (a)

- a) pregão.
- b) concorrência.
- c) tomada de preços.
- d) convite.
- e) leilão.

28. Dentre os princípios que regem os processos licitatórios, temos

- a) os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento subjetivo e da adjudicação compulsória ao vencedor.
- b) os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da improbidade administrativa e da adjudicação compulsória ao vencedor.
- c) os princípios legalidade, da improbidade administrativa e da adjudicação compulsória ao vencedor.
- d) os princípios da legalidade, do julgamento subjetivo e da adjudicação compulsória ao vencedor.
- e) os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da adjudicação compulsória ao vencedor.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. John nasceu no Brasil no período em que seus pais, estadunidenses, estavam no país a serviço da OEA (Organização dos Estados Americanos). A respeito do caso narrado, é correto afirmar que John

- a) é brasileiro nato, uma vez que nasceu no Brasil e seus pais, embora estrangeiros, não estavam a serviço do Estado de origem.
- b) não pode ser registrado brasileiro nato, porque seus pais são estadunidenses e estavam no Brasil a serviço de organização internacional.
- c) poderá ser naturalizado brasileiro após residência ininterrupta de quinze anos no Brasil, desde que não possua condenação criminal e requeira a nacionalidade brasileira.
- d) obterá temporariamente a nacionalidade brasileira na condição primária, mas ao completar 18 anos, deverá confirmar a opção pela nacionalidade brasileira.
- e) poderá ser naturalizado brasileiro após completar um ano ininterrupto de residência no Brasil.

30. João é prefeito do Rio de Janeiro, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de João e não possui mandato eletivo. Pedro, neto de João, é vereador do Rio de Janeiro, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, indique a alternativa correta.

- a) João, nas eleições de 2020, só poderá concorrer a prefeito do Rio de Janeiro se renunciar ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.
- b) Pedro é inelegível prefeito do Rio de Janeiro/RJ, em razão do parentesco com João, mas poderá concorrer a prefeito de Petrópolis/RJ, caso preencha os demais requisitos legais, como por exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende se candidatar.
- c) Maria é inelegível a qualquer cargo dentro do estado do Rio de Janeiro.
- d) Maria poderá concorrer ao cargo de vereadora do Rio de Janeiro, mas não poderá concorrer ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este renunciar ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.
- e) Pedro é elegível prefeito do Rio de Janeiro, uma vez que o grau de parentesco com João não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

31. Pepe é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2015, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2020, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Pepe. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Pepe ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Pepe poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.

e) Pepe não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

32. A respeito da competência para legislar sobre procedimento em matéria processual, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

33. João é vereador do Rio de Janeiro. Durante evento de seu partido em Cabo Frio/RJ, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito de Cabo Frio. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.

e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

34. Se o estado de Minas Gerais elegeu 53 deputados federais, é correto afirmar, à luz da Constituição Federal, que foram eleitos também

- a) 94 deputados estaduais.
- b) 159 deputados estaduais.
- c) 77 deputados estaduais.
- d) 89 deputados estaduais.
- e) 65 deputados estaduais.

35. A República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios, exceto:

- a) concessão de asilo político.
- b) independência nacional.
- c) não-intervenção.
- d) dignidade da pessoa humana.
- e) autodeterminação dos povos.

36. A respeito das garantias e das vedações constitucionais aplicáveis aos magistrados, indique a assertiva incorreta.

- a) Juízes aposentados ou exonerados só poderão exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram depois de decorridos três anos do afastamento.
- b) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- c) A vitaliciedade, na magistratura, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) Juízes não podem exercer atividade político-partidária.
- e) Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Ricardo Torques**

37. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faça parte ou, na ausência de tratado, com base em reciprocidade manifestada por via diplomática. Sobre referida cooperação, pode-se afirmar:

- a) Cabe ao Ministério das Relações Exteriores exercer, com exclusividade, as funções de autoridade central.
- b) Cabe auxílio direto quando a medida não decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.
- c) Compete ao juízo federal ou estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.
- d) O procedimento da carta rogatória perante o STJ é de jurisdição voluntária e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.
- e) Verificando que a carta rogatória não se enquadra ao ordenamento jurídico brasileiro, a autoridade judiciária deverá proceder à revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro.

38. Sobre a modificação da competência, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Quando houver reunião de processos, esta deverá ser realizada no juízo prevento e os processos serão decididos simultaneamente.
- b) A citação válida, ainda que determinada por juízo incompetente, torna prevento o juízo.
- c) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial será concorrente dos órgãos jurisdicionais envolvidos.
- d) A ação possessória será proposta no juízo competente para a ação principal ou no foro de domicílio do réu.
- e) A cláusula de eleição de foro poderá ser estipulada oralmente, obrigará os herdeiros e sucessores das partes e, se abusiva, poderá ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz.

39. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Nesse caso:

- a) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento definitivo de sentença, na execução e nos recursos interpostos. Em caso de cumprimento provisório de sentença, não há que se falar em pagamento de honorários advocatícios.
- b) Os honorários serão fixados obedecendo o mínimo de 10 e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. O juiz deverá observar o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação de serviço e o trabalho realizado pelo advogado, não importando a natureza da causa.
- c) Quando a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará faixas percentuais de acordo com o valor da condenação ou do proveito econômico obtido, respeitando-se o mínimo de 10 e o máximo de 20%.
- d) Os limites e critérios previstos para a fixação dos honorários advocatícios devem ser observados independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, salvo nos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.
- e) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.

40. Visando provar os fatos postos em juízo, a parte poderá requerer produção de prova pericial e, nesse caso, o profissional fará jus a honorários. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) a remuneração do perito será adiantada pela parte que houver requerido a perícia e quando determinada de ofício ou requerida por ambas as partes ficará a cargo do réu.
- b) os assistentes técnicos, ao contrário dos peritos, serão remunerados ao término do processo.
- c) quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, ela poderá ser custeada com recursos alocados no orçamento do ente público e será

realizada por servidor do Judiciário ou por órgão público conveniado.

d) quando o beneficiário de gratuidade da justiça for o requerente da perícia, o profissional deverá ser previamente consultado se deseja desempenhar seu ofício sem receber remuneração equivalente.

e) quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça e este for assistido por defensor público, deverão ser utilizados recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública.

41. O Código de Processo Civil estabelece em cada comarca, seção ou subseção judiciária haverá, no mínimo, tantos oficiais de justiça quantos sejam os juízos. Sobre esses auxiliares da justiça, pode-se afirmar:

a) O oficial de justiça deve fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sendo dispensada a presença de testemunhas por gozar de fé pública.

b) Cabe ao oficial de justiça executar as ordens do juiz a que estiver subordinado e entregar o mandado em cartório após o seu cumprimento.

c) Não é uma atribuição do oficial de justiça auxiliar o juiz na manutenção da ordem, cabendo tal função à polícia judiciária.

d) O oficial de justiça poderá realizar avaliações de bens e não cabe nenhum tipo de responsabilização caso pratique atos nulos culposos.

e) Uma das atribuições do oficial de justiça é certificar a proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber. Nesse caso, o juiz ordenará a intimação da parte contrária para manifestação em 15 (quinze dias), sem prejuízo do andamento regular do processo.

42. Todos os processos estão sujeitos a registro, devendo ser distribuídos onde houver mais de um juiz. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto:

a) A distribuição será eletrônica, alternada e aleatória, obedecendo-se rigorosa igualdade e sua lista deverá ser publicada no Diário de Justiça Eletrônico.

b) Há distribuição por dependência das causas de qualquer natureza quando se relacionarem, por conexão ou continência, com outra já ajuizada. No entanto, será livremente distribuída a causa quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.

c) A distribuição, por ser um ato meramente mecânico e automatizado, não está sujeita à fiscalizada das partes e de seus procuradores.

d) A procuração é instrumento necessário a toda e qualquer petição inicial, sendo indispensável a sua juntada.

e) Caso a parte não realize o pagamento das custas e despesas de ingresso, mesmo após a intimação para fazê-lo, a distribuição do feito será cancelada.

43. O réu poderá alegar a preliminar de incompetência absoluta ou relativa ao apresentar sua contestação. Nesse caso:

a) a contestação será obrigatoriamente protocolada no foro apontado como competente pelo autor e, se acolhida a incompetência, os autos serão remetidos ao juízo adequado.

b) em se tratando de incompetência relativa, o réu poderá protocolar a contestação no foro de seu domicílio, mas não poderá fazê-lo quando a incompetência for absoluta.

c) sendo reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação ou a carta precatória será considerado preventivo.

d) a alegação de incompetência não é suficiente para suspender a realização da audiência de conciliação ou de mediação.

e) a incompetência absoluta ou relativa poderão ser alegadas a qualquer momento.

44. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código de Processo Civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz. Desse modo, é correto que:

- a) O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e as regras de experiência técnica, inclusive quando se tratar de exame pericial.
- b) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- c) Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade, sendo obrigado, inclusive, produzir prova contra si próprio.
- d) A parte é obrigada a comparecer em juízo, respondendo o que lhe for interrogado, mas não é obrigada a colaborar com o juízo na realização de inspeção judicial.
- e) O terceiro deve, em relação a qualquer causa, informar ao juiz os fatos e as circunstâncias de que tenha conhecimento, além de exibir coisa ou documento que esteja em seu poder. Em caso de descumprimento, o juiz poderá impor multa, mas não poderá fazer uso de outras medidas por não se tratar da parte do processo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

45. Acerca das disposições preliminares constantes no Código de Processo Penal, julgue os itens abaixo.

- I) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, com exceção somente dos tratados, convenções e regras de direito internacional.
- II) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- III) A lei processual penal tem aplicação imediata, exceto para os processos que versem sobre fatos criminosos cometidos antes de sua vigência.

Assinale a sequência correta.

- a) F, V, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.
- e) V, F, V.

46. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado.
- b) Acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) O despacho que indeferir o requerimento de abertura do Inquérito Policial não comporta nenhum recurso.
- d) É um procedimento solene, haja vista exigir formalidades na sua elaboração.
- e) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

47. Levando em consideração as normas contidas no Código de Processo Penal, caso o réu esteja preso, deverá ser citado:

- a) Pessoalmente.
- b) Pelo diretor do presídio.
- c) Por edital.
- d) Por hora certa.
- e) Através do seu defensor.

48. De acordo com o art. 252 do CPP, o juiz estará impedido de exercer jurisdição no processo em que:

- a) se tiver aconselhado qualquer das partes;
- b) tiver funcionado seu parente como defensor.
- c) se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- d) se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- e) se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

49. Acerca do tema Ação Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado de ofício pela autoridade policial.
- b) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal a qualquer tempo, desde que justificadamente.
- d) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial. Esta regra permanece no CPP e encontra-se recepcionada pela CF/88.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

50. Em relação às prisões e a liberdade provisória, julgue os itens subsequentes.

- I) O prazo da prisão temporária será de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- II) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.
- III) A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato acobertado por alguma das excludentes de ilicitude.

Assinale a sequência correta.

- a) F, V, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.
- e) V, F, V.

51. A sentença conterá:

- I) a exposição sucinta apenas da acusação;
- II) os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las;
- III) a data e a assinatura do juiz;

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente I e II.
- b) Somente II e III.

c) Somente III.

d) Somente I.

e) Todos estão corretos.

52. Sobre o Tribunal do Júri, é correto afirmar:

- a) A acusação deverá arrolar testemunhas, até o máximo de 6 (seis), na denúncia ou na queixa.
- b) O juiz determinará a inquirição das testemunhas e a realização das diligências requeridas pelas partes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias
- c) O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- d) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Márcio propôs gerou GRERJ no dia 12 de Dezembro de 2019 no valor de R\$ 870,00 referente a

I – R\$ 600,00 de taxa judiciária;

II – R\$ 100,00 referente a citação;

III – R\$ 170,00 de outras custas judiciais;

A guia foi paga no dia 17 de dezembro.

Todavia, Márcio só veio protocolar a ação no dia 21 de janeiro de 2020.

Ocorre que em 1º de janeiro de 2020 as custas judiciais tiveram um reajuste de 10%.

Nessa hipótese:

- a) Como a guia já foi paga, não há de se falar em complementação.
- b) Márcio deverá complementar o valor de R\$ 87,00
- c) Márcio deverá complementar R\$ 60,00
- d) Márcio deverá complementar R\$ 27,00
- e) Márcio deverá complementar R\$ 34,00

54. Pedro e Carlos iniciaram as atividades na Oitava Vara Cível da comarca da capital do estado do Rio de Janeiro. Pedro ficou incumbido da movimentação e inserção de dados nos terminais de movimentação processual. Carlos do controle de material e de expediente.

Carlos e Pedro integram, respectivamente, as equipes

- a) Processamento e Digitação.
- b) Digitação e Processamento.
- c) Digitação e Preparação administrativa
- d) Preparação administrativa e processamento
- e) Preparação administrativa e digitação.

55. Jonas trabalha na segunda vara criminal de Petrópolis e precisa autuar um processo de queixa crime. Jonas deverá usar qual cor de capa?

- a) Verde
- b) Rosa
- c) Cinza
- d) Azul
- e) Branca

56. O órgão oficial de divulgação dos atos judiciais referentes aos processos em tramitação em todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro é denominado

- a) Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário.
- b) Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro.
- c) Diário Oficial do Estado.
- d) Diário da União.
- e) Diário Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça.

57. As Certidões de Débito emitidas eletronicamente pelas serventias ou pelas Centrais de Arquivamento e enviadas ao DEGAR, poderão ser de quatro tipos. Não é um tipo de Certidão de Débito

- a) Devedor não Intimado.
- b) Devedor Intimado.
- c) Devedor Falecido.
- d) Devedor em local incerto e não sabido.

e) Repetição de indébito.

58. Nas causas, inclusive criminais, que versem sobre interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais indisponíveis, após quanto tempo de paralização em decorrência da contumácia da parte, o Escrivão Chefe de Serventia dará vista dos autos ao Ministério Público antes de abrir conclusão?

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 30 dias
- d) 60 dias
- e) 90 dias

59. Art. 251. As procurações e os substabelecimentos, com ou sem reserva de poderes, deverão ser juntados através de

- a) Ofício
- b) Requerimento
- c) Petição
- d) Agravo
- e) Carta

60. A gerência do cartório deverá ser voltada para o atendimento do seguinte objetivo

- a) simplificação da metodologia de trabalho visando ao melhor gerenciamento das atividades cartorárias;
- b) unificação dos procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de aplicação dos serviços judiciais;
- c) fortalecimento dos servidores para desempenho das diversas etapas do processamento integrado;
- d) capacitação da função de chefia e liderança do Chefe de Serventia e seu constante aprimoramento;
- e) aperfeiçoamento dos serviços judiciários.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-22-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>